

Este Caderno complementa a série de vídeos da tv escola

Deficiência Auditiva

*Maria Cristina da F. Redondo &
Josefina Martins Carvalho*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

N. 1/2000

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário de Educação a Distância
Pedro Paulo Poppovic

Secretária de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância
Cadernos da TV Escola

Diretor de Produção e Divulgação
José Roberto Neffa Sadek

Coordenação Geral
Vera Maria Arantes

Projeto e Execução Editorial
Elzira Arantes (texto) e Alex Furini (arte)

Capa:
Tratamento gráfico sobre reprodução de escultura de Rodin

© 2000 Secretaria de Educação a Distância/MEC
Tiragem: 110 mil exemplares

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou utilizada de qualquer forma ou por qualquer método, eletrônico ou mecânico, sem autorização, solicitada via carta ou fax.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação a Distância
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 100 CEP 70047-900
Caixa Postal 9659 – CEP 70001-970 – Brasília, DF
Fax: (0XX61) 410 9158 – E-mail: seed@seed.mec.gov.br
Internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca
Deficiência auditiva-/ Maria Cristina da Fonseca Redondo,
Josefina Martins Carvalho. – Brasília : MEC. Secretaria de Educação
a Distância, 2000.
64 p.: il. (Cadernos da TV Escola 1, ISSN 1518-4706)
1. Deficiência Auditiva. 2. Integração Escolar. 3. Educação Especial.
I. Título. II. Redondo, Josefina Martins Carvalho. CDU 376.352

SUMÁRIO

A pessoa surda: do diagnóstico à participação social	5
O bebê surdo: tornando-se independente	17
A criança surda: caminhos da aprendizagem	25
Atendimento escolar: um processo integrador	33
Adolescência: construção da identidade pessoal	45
O surdo adulto: do passado ao futuro	53
Bibliografia	61

A PESSOA SURDA: DO DIAGNÓSTICO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

[...] o homem pode construir seu mundo simbólico com os materiais mais pobres e escassos. (Cassirer)

A deficiência auditiva traz muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo. Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, sua deficiência influi no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências, afetando o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa.

Mesmo assim, ainda hoje, a sociedade conhece bem pouco os portadores de deficiência. Esse desconhecimento se reflete por exemplo na ausência de estatísticas brasileiras tanto a respeito de seu número real quanto das formas de assistência disponíveis, de sua integração social e de sua inclusão no mercado de trabalho.

O retrato da ausência de informação se reflete na rara presença desse assunto em noticiários, e na pequena oferta de serviços adequados a portadores de deficiência – apesar de eles corresponderem a cerca de 10 por cento da população de países em desenvolvimento, como o Brasil.

No Brasil existem muitas leis voltadas para os portadores de deficiência, indicando a necessidade de diferenciação em relação aos demais cidadãos. No entanto, mesmo após decretadas, as leis são implantadas de modo lento e parcial, sendo ignoradas pela maior parte da população. Os portadores de deficiên-

Como as pessoas ouvem?

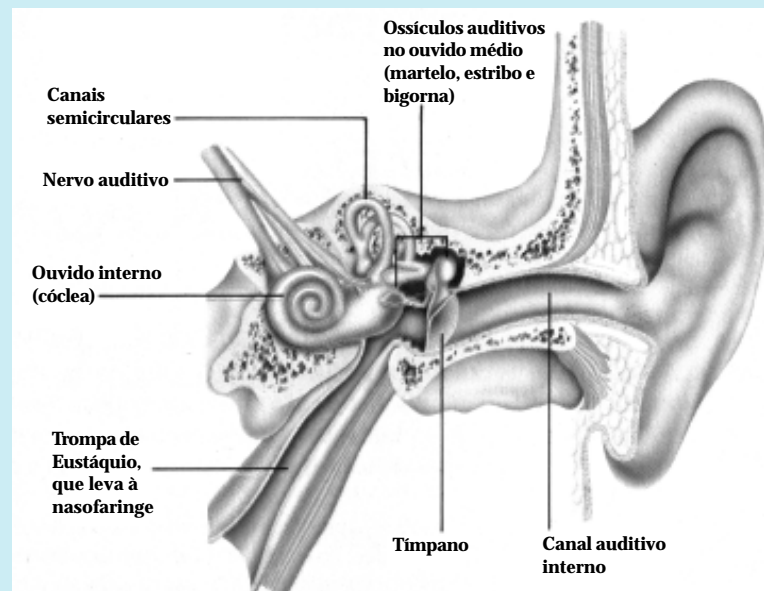
O ouvido humano possui três partes – ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno –, sendo que cada uma desempenha funções específicas:

- **Ouvido externo:** é composto pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo, que é a porta de entrada do som. Nesse canal, certas glândulas produzem cera, para proteger o ouvido.
- **Ouvido médio:** formado pela membrana timpânica e por três ossos minúsculos, que são chamados de martelo, bigorna e estribo, pois são parecidos com esses objetos. Em contato com a membrana timpânica e o ouvido interno, eles transmitem as vibrações sonoras que entram no ouvido externo e devem ser conduzidas até o ouvido interno.
- **Ouvido interno:** nele está a cóclea, em forma de caracol, que é a parte mais importante do ouvido: é responsável pela percepção auditiva. Os sons recebidos na cóclea são transformados em impulsos elétricos que caminham até o cérebro, onde são ‘entendidos’ pela pessoa.

cia precisam sempre recorrer à legislação para reivindicar seus direitos de cidadão.

Como detectar a perda auditiva em uma criança?

Sempre é mais fácil descobrir a perda severa ou profunda do que a leve ou moderada. De qualquer forma, é importante que os familiares e o pediatra sejam observadores e atentos, para detectar eventuais sinais de perturbação, desde as primeiras semanas após o nascimento.



Qualquer tipo de problema em uma das partes do ouvido pode prejudicar a audição, em maior ou menor grau. Há diferentes tipos de perda auditiva, conforme o local afetado (ouvido médio, interno etc.).

Se o bebê for exageradamente quieto, não virar a cabeça procurando a origem de algum barulho forte – como um trovão, por exemplo – ou continuar o choro, mesmo que a mãe tente acalmá-lo apenas com a voz, talvez seja o caso de se preocupar. A mãe precisa comentar isso com o pediatra, para que ele avalie a necessidade de encaminhamento a um especialista.

Quando a perda auditiva é detectada precocemente, o profissional se preocupa inicialmente em fornecer informações aos pais, para que eles saibam o que fazer e, principalmente, possam acolher esse filho e aprender a lidar com a situação inesperada.

Idealmente, a surdez deve ser diagnosticada o mais cedo possível, mas não é o que acontece na maior parte das vezes. Com frequência a criança fica sem atendimento até o momento de ir para a escola. Quanto mais tempo se passa, maiores são as dificuldades de desenvolvimento – tanto no campo da linguagem quanto nos níveis social, psíquico e cognitivo.

Quando há problemas, o diagnóstico precoce permite que a família seja orientada desde o primeiro momento, recebendo informações de profissionais (médico, psicólogo, fonoaudiólogo) e tendo apoio para cuidar do desenvolvimento da criança.

Depois de o médico diagnosticar uma perda auditiva, e identificar o grau dessa perda, ele precisa encaminhar a criança para um tratamento fonoaudiológico integrado, a ser feito pelo fonoaudiólogo, com a equipe que for considerada necessária. Dependendo do caso, o profissional competente indicará o uso de um aparelho auditivo.

As causas da surdez

Em muitos casos, o diagnóstico médico consegue identificar a causa mais provável da perda auditiva, mas nem sempre isso é possível. A ocorrência de gestações e partos com histórico complicado, bem como a manifestação de doenças maternas no período próximo ao nascimento da criança, podem inviabilizar a identificação dessa causa.

Por isso mesmo, em cerca de 50 por cento dos casos, a origem da deficiência auditiva é atribuída a ‘causas desconhecidas’. Quando se consegue descobrir a causa, o mais freqüente é que ela se deva a doenças hereditárias, rubéola materna e meningite.

O conhecimento da história de cada pessoa –

época em que ocorreu a surdez e grau de prejuízo; tipo de atendimento reabilitacional recebido, oral ou oral com sinais/gestos; estimulação feita para a aquisição da linguagem; aproveitamento dos resíduos auditivos –, bem como o trabalho com a família, auxiliando-a a aprender a lidar com a diferença do filho, têm contribuído para que a pessoa com surdez ocupe seu lugar na sociedade.

Como evitar ou prevenir a perda auditiva?

- **Todas as mulheres devem ser vacinadas contra a rubéola, que constitui uma das principais causas de surdez congênita em nosso País.**
- **A criança jamais deve tomar remédio sem receita médica; um antibiótico, por exemplo, pode conter aminoglicosídeo, substância que geralmente prejudica a audição de forma irreversível. (Corrêa, 1999)**

Primeiras medidas

Inicialmente, a linguagem oral não é a mais importante na comunicação de qualquer criança com sua família; o contato depende mais da sensibilidade, que se traduz em um toque, uma expressão de felicidade ou de tristeza. No caso da deficiência auditiva, os pais não devem se desesperar, mas sim aprender como participar da educação de sua criança. O futuro dela vai depender muito da atuação deles, em parceria com profissionais como fonoaudiólogo e otorrinolaringologista.

Existe uma diferença significativa no desenvolvimento da linguagem e da comunicação de crianças que sofrem perda auditiva antes dos 2 anos de idade, em comparação com as que ficam surdas após ter adquirido a

linguagem (por exemplo, no caso de surdez causada por meningite, depois dos 4 anos de idade). As maiores já tiveram a oportunidade de estruturar a memória auditiva e um sistema lingüístico próprio.

Saber em que momento se instalou a surdez é fundamental para planejar as necessidades de estimulação da criança, seja qual for a idade. Mas também são necessárias outras informações, tais como:

- se a surdez se instalou antes ou depois do nascimento, ou durante o parto;
- se foi detectada nos primeiros anos de vida, e em que fase isso aconteceu;
- qual o grau da perda auditiva – leve, moderada, severa ou profunda;
- se a criança recebeu atendimento especializado (e foi indicada a utilização de aparelho de amplificação sonora individual);
- como a audição foi estimulada, desde o início;
- qual a reação da família e que tipo de assistência ela recebeu;
- se a surdez está ou não associada a outra deficiência, ou a problemas de saúde.

Há mais de uma forma de fazer a avaliação audiológica, para constatar se houve perda de audição. E os graus de perda também variam bastante. Há pessoas que escutam muito pouco, sendo incapazes de ouvir um avião passando; outras conseguem ouvir a voz humana, mas não chegam a discriminar o que está sendo dito.

Quando a criança é bem pequena, se realiza o diagnóstico objetivo, como o Bera (*Brain Stem Evoked Response*: respostas evocadas do tronco cerebral). Esse teste permite avaliar a perda de audição por via audi-

tiva; as respostas são dadas em decibéis (medida de som, cujo símbolo é dB).

Já a criança maior pode cooperar e, nesse caso, é feito o exame audiométrico, que identifica seu nível mínimo de audição. Esse exame permite avaliar a audição das diferentes frequências de tons puros – do grave ao agudo –, com especial atenção para a ‘zona da palavra’, que fica nas frequências de 500 a 4 mil hertz (Hz).

Com base no trabalho de Roeser & Downs, Martinez (2000) propõe a seguinte classificação dos limiares de audição:

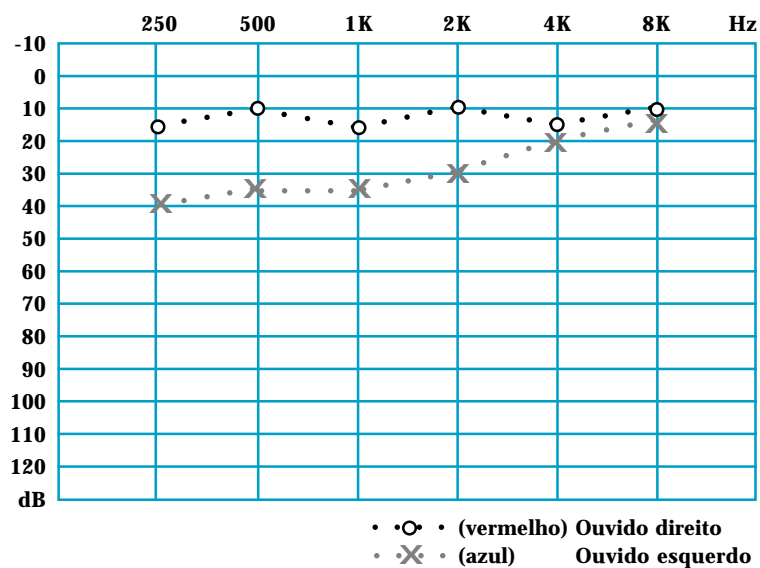
Limiares tonais*	
Audição normal	0 a 15 dB
Deficiência auditiva suave	16 a 25 dB
Deficiência auditiva leve	26 a 40 dB
Deficiência auditiva moderada	41 a 55 dB
Deficiência auditiva moderadamente severa	56 a 70 dB
Deficiência auditiva severa	71 a 90 dB
Deficiência auditiva profunda	acima de 91 dB
* Média dos limiares tonais em 500, 1.000 e 2.000 Hz.	

Deficiente auditivo ou surdo?

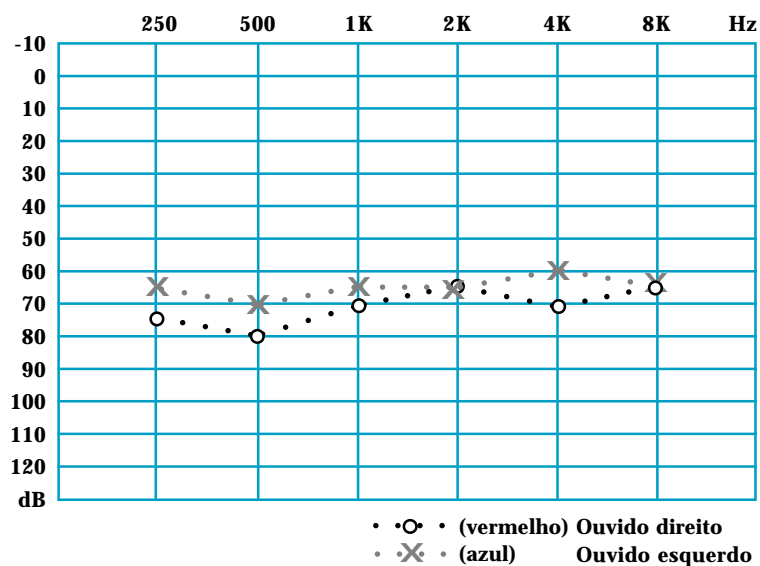
Deficiente auditivo é como se autodenominam muitos dos surdos adultos, principalmente aqueles que apresentam perda auditiva de leve a moderada, que não se consideram totalmente surdos. Essa atitude resulta do processo educacional e reabilitacional a que foram submetidos, nos anos 70 e 80, época em que era dada grande ênfase ao **oralismo**.

Na abordagem oralista, ainda hoje adotada por algumas instituições, a comunicação se baseia na fala:

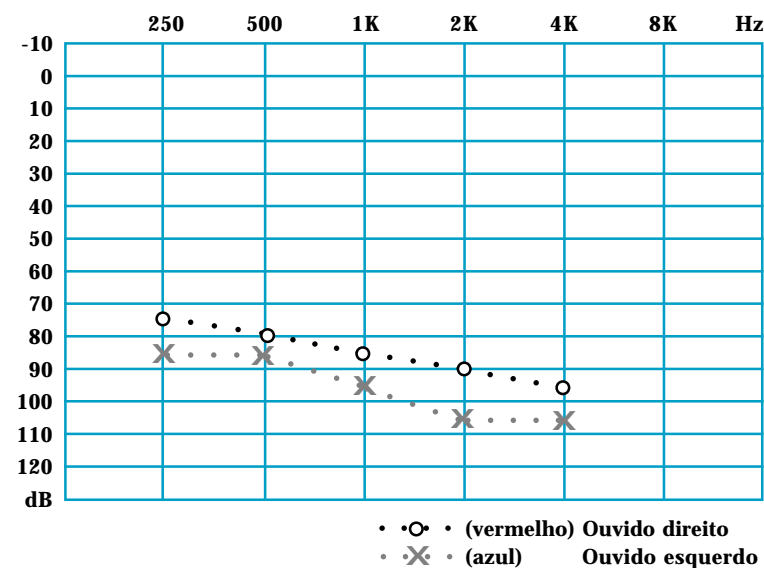
Audiometria tonal: audição normal no ouvido esquerdo e perda leve no ouvido direito



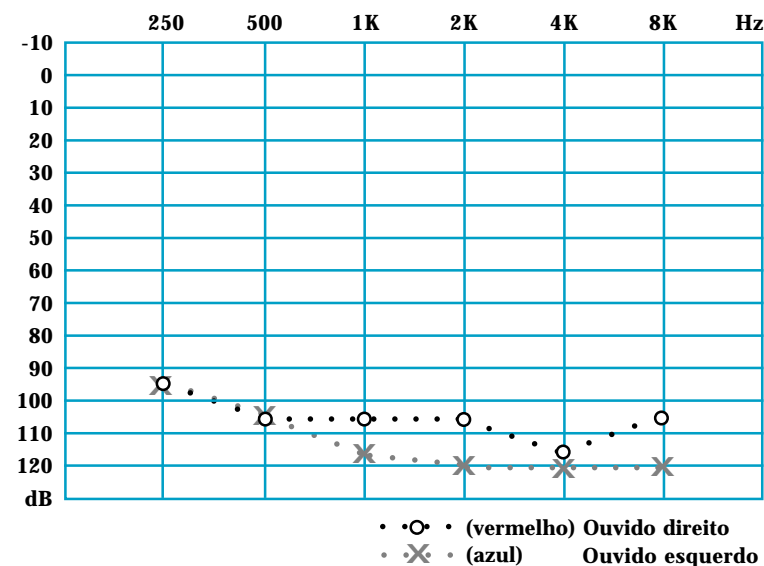
Audiometria tonal: perda auditiva moderada em ambos os ouvidos



Audiometria tonal: perda auditiva severa no ouvido esquerdo e profunda no direito



Audiometria tonal: perda auditiva profunda em ambos os ouvidos



não se aceita a utilização de gestos ou sinais para representar ou indicar coisas, objetos etc. No oralismo, os resíduos de audição servem como parâmetro para a aquisição da fala e da linguagem, sendo associados à leitura da expressão facial.

Entre os mais jovens, e particularmente entre aqueles que apresentam perdas auditivas severas e profundas, existe um movimento para que assumam a própria surdez. Lutam por seus direitos e buscam divulgar a **Língua de Sinais Brasileira (LSB)**, mostrando que se trata de uma língua com regras próprias, como a língua portuguesa.

Os que adotam essa linha valorizam sua fala, levando em conta que é uma fala diferente, e valorizam também seu direito de usar recursos variados para se comunicar, na busca de uma melhor participação social. Rejeitam o termo 'deficiente', que embute um conceito de déficit, e defendem uma atitude na qual seja dado valor ao indivíduo, e não à deficiência da qual ele é portador.

Para que a sociedade possa melhor conhecer as pessoas que têm perda de audição, é importante pensar em cada indivíduo como um ser único, repleto de possibilidades.

Os recursos de comunicação adotados pelo surdo, seja ele mais ou menos oralizado, não podem ser usados para caracterizá-lo como pessoa. É preciso levar em conta seu percurso de vida e a forma pela qual seu modo de se comunicar possibilita sua integração nos diferentes meios sociais que frequenta, fazendo com que se sinta mais feliz.

No tocante à escolaridade, a pessoa portadora de

surdez vem obtendo oportunidades cada vez mais amplas e melhores de ser vista como um cidadão comum e de frequentar escolas comuns, além das classes ou escolas especiais. A inclusão do portador de deficiência no sistema escolar pode permitir que ele gradualmente passe a contar com os mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos.

Seja qual for o tipo de educação recebida, especial ou não, o surdo não precisa apenas de escola. É indispensável que lhe seja oferecido atendimento nos aspectos médicos relacionados com a surdez, bem como orientação familiar e suporte emocional, procurando facilitar o desenvolvimento de suas potencialidades, levando-o a fazer escolhas e responsabilizar-se por elas e oferecendo-lhe as mesmas oportunidades disponíveis para as pessoas que não são portadoras de deficiência.

Mas a luta por sua participação social não é uma luta apenas do surdo e de seus familiares. Ao se falar em integração (ou, atualmente, em inserção), é fundamental que a sociedade faça sua parte, usando de todos os meios para atenuar as dificuldades impostas pela surdez.

Receber o surdo e facilitar seu acesso a todos os espaços sociais (escola, parques, festas, empresas, teatros, cinema, museus etc.) é a contrapartida para que exista realmente integração e participação.

Se o surdo não pode ficar esperando que a sociedade faça tudo por ele, também não pode lutar sozinho e competir com os ouvintes, como se fosse ouvinte.

O BEBÊ SURDO: TORNANDO-SE INDEPENDENTE

[...] o bebê precisa de alguém que, por um tempo, o coloque em primeiro lugar numa lista de prioridades. (D.W. Winnicott)

Assim que nasce, e ao longo dos primeiros meses de vida, o bebê ainda não é capaz de estabelecer ligações entre suas emoções e o significado delas. Ele depende totalmente da mãe, para ser compreendido e para ser atendido em suas necessidades básicas.

Em sua mente adulta, a mãe elabora um significado simbólico daquilo que o bebê necessita. Em seguida, ela transmite – pelo olhar, na voz, na maneira como o segura e o amamenta – ‘algo’ que permite também a ele construir um significado simbólico das emoções que experimenta.

Assim, nos momentos em que o bebê vive um desconforto, uma tensão, é a mãe que decodifica a origem do problema e oferece o alívio necessário para restabelecer o equilíbrio.

A repetição constante dessas vivências com significado é uma condição para o desenvolvimento da capacidade de pensar – daí a importância da relação mãe-bebê. O conhecimento real e verdadeiro vem da experiência com o outro.

O bebê abandonado a seu próprio entendimento, deixado a sós, certamente criará significados estranhos para suas vivências.

É freqüente que a surdez seja descoberta pelos pais apenas quando a criança tem 1 ou 2 anos. Isso implica

uma dificuldade maior na transmissão de significados simbólicos às experiências do bebê. Um exemplo: o bebê chora, e a mãe procura acalmá-lo conversando com ele – sem que ela saiba, sua voz não chega até ele para tranquilizá-lo, acalmá-lo e marcar a presença materna. Somente ao vê-la ele pode se assegurar de sua proximidade.

À medida que se repetem experiências desse tipo, o bebê pode desenvolver sentimentos de insegurança e abandono, o que talvez traga como consequência uma auto-estima rebaixada.

Por outro lado, quando descobre a surdez do filho, a grande maioria das mães passa a usar menos a voz para se comunicar com ele. Outras diminuem suas falas diretas com o filho, ou até deixam de se utilizar da palavra. Todos caem no silêncio.

As atitudes maternas de acentuado desalento ou de superproteção podem ser compreensíveis, mas não servem para incentivar o desenvolvimento da criança.

Os pais (e, principalmente, a mãe, pois ela tem contato mais intenso e freqüente com o bebê) devem compreender que há muitas formas de comunicação com o bebê, além da linguagem oral: toques, sorrisos, carinhos. Todas essas linguagens devem ser utilizadas no trato com o bebê, inclusive a oral. Deve-se falar sempre de frente para a criança, olhando para ela, permitindo que ela perceba a existência dessa forma de comunicação.

O diagnóstico precoce

É de grande importância que a surdez seja diagnosticada o mais cedo possível. E que, assim que for constatada, se inicie o atendimento especializado, que não se resume ao trabalho com a criança — deve incluir também os pais.

No trabalho de estimulação precoce, o primeiro

aspecto a ser lembrado é que a criança surda, em seus primeiros meses de vida, é um bebê com necessidades peculiares, pois a ausência da audição, interferindo na aquisição da linguagem e na maneira de conhecer o mundo, deixará marcas para o resto da vida.

Principalmente nos casos em que se pode suspeitar desse tipo de quadro – como nascimento de alto risco, casos de surdez hereditária na família, casamentos consanguíneos, ocorrência de rubéola na gravidez ou um quadro de meningite após o nascimento – é fundamental que o bebê seja encaminhado para avaliação médica o quanto antes.

Aprender a falar

Por meio da audição, e do ambiente familiar adequado, a criança ouvinte aprende naturalmente o modelo de sua língua, processo que ocorre em três estágios:

Linguagem receptiva: a recepção ocorre por intermédio da audição: a criança recebe a linguagem de seu ambiente lingüístico; ao ouvir a palavra muitas vezes, acaba por armazená-la.

Linguagem compreensiva: a criança passa a compreender que a palavra ‘papai’ se refere a determinada pessoa (relaciona significante e significado).

Linguagem expressiva: a criança emite a palavra ‘papai’, quando já possui a segurança de seu significado.

Ninguém nasce falando. Esses estágios fazem parte da natureza humana e se sucedem em um espaço mínimo de um ano após o nascimento, quando a criança passa a emitir as primeiras palavras.

Nos primeiros meses de vida, a criança não precisa da audição para falar. É a fase de balbúcio (primeiro estágio da linguagem expressiva), na qual ela emite sons

inarticulados de sensação de prazer e desprazer. É como se estivesse treinando a emissão de sons, sem perceber o que está fazendo – não precisa da audição, para essa atividade.

O bebê com perda auditiva interrompe o balbucio devido à falta de audição normal; não escuta os próprios sons, e assim seu desenvolvimento lingüístico não tem estímulos.

Apoio e orientação à família

Identificada a surdez, o primeiro passo consiste em dar apoio à família e orientá-la em relação às necessidades de seu bebê. A estimulação precoce realizada no ambiente doméstico, aliada ao trabalho educacional de profissionais, permitirá que a criança adquira condições de se comunicar da melhor forma possível, situando-se de modo adequado na sociedade.

No trabalho com os pais, não basta orientá-los em relação à melhor forma de estimular a audição dos filhos. Eles precisam ter a oportunidade de manifestar suas preocupações e receber esclarecimentos suficientes para que se sintam mais seguros. É importante que possam falar de suas angústias por ter um filho diferente do esperado.

Os pais precisam aprender a escutar os sons emitidos pelo bebê, sabendo que eles contêm significados, ou seja, constituem uma linguagem. Essa atitude equivale à da mãe da criança ouvinte: quando o bebê emite ‘pá’, a mãe dá um sentido ao som, completando a palavra de acordo com o que entendeu – ‘papai’, ‘papa’, ‘você quer comer’ etc.

As crianças adquirem a linguagem, obviamente. A questão agora é a que tipo de linguagem nos referimos quando dizemos que só aos 24 meses a criança ‘tem’ linguagem. Referimo-nos à linguagem expressiva, ouvida e percebida

pelos familiares, ignorando a compreensiva, invisível mas dedutível? Pensamos que, desde os primeiros choros e interações com a mãe, a linguagem começa a despontar como um todo. (Solange Issler, in Corrêa, 1999, pp. 23-24)

O aparelho auditivo

Em alguns casos, o exame audiométrico indica a possibilidade de adoção de um aparelho de amplificação sonora individual (A.A.S.I.). Trata-se de um equipamento pequeno, colocado junto ao ouvido da criança, que amplia a intensidade dos sons e os traz para um nível confortável para quem precisa usá-lo. Atualmente, há aparelhos com alto nível de sofisticação, que ampliam o som de maneira cada vez mais seletiva. Por exemplo, nos momentos de comunicação, os sons da fala têm ‘prioridade’ sobre os ruídos ambientais.

Os benefícios advindos do uso do aparelho auditivo não são percebidos de imediato; é necessário um período de aprendizagem e de adequação auditiva que, às vezes, desanima a criança e seus familiares.

Mas os pais precisam entender o que esse aparelho pode representar para o filho, os benefícios que pode trazer e suas limitações. O uso do aparelho pode ser comparado com o dos óculos, para quem tem deficiências de visão, embora neste último caso a aceitação seja mais fácil, pois o resultado – ver melhor – é imediato.

O aparelho de surdez costuma gerar grandes expectativas, como se fosse capaz de realizar milagres. Muitos pais imaginam que, a partir do uso do aparelho, seu filho deixará de ser surdo e se transformará em ouvinte. Mas não é assim.

Para saber quando a criança vai aprender a perceber os sons com o aparelho auditivo, deve-se levar em conta a perda auditiva e, mais ainda, a estimulação recebida.

O desenvolvimento auditivo não acontece logo após a colocação e o uso do aparelho. Depende de um processo, que vai ocorrendo com o passar do tempo: os pais e profissionais não podem desanimar.

Quando os pais não têm oportunidade de discutir suas expectativas e de receber esclarecimentos, às vezes se cria uma sensação de decepção e frustração. E esses sentimentos trazem grandes prejuízos ao desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança. Há crianças que passam a não querer usar o aparelho, ao perceber que essa sua diferença traz sofrimento para os pais.

Algumas famílias deixam às vezes de colocar o aparelho na criança pelos mais diversos motivos: porque ela acordou chorando, porque a babá não chegou... ou seja, há sempre uma desculpa para não utilizá-lo. Há casos em que o aparelho fica mais tempo na gaveta do que no ouvido da criança.

Não é suficiente usar o aparelho auditivo durante algumas horas por dia. Ele precisa ser colocado ao acordar e só pode ser retirado para tomar banho e para dormir. Seu uso é tão importante quanto o hábito de se alimentar.

O aprendizado do convívio

A partir de 2 a 3 anos toda criança, mesmo que seja surda, busca conhecer o mundo, se torna cada vez mais consciente de si mesma como pessoa, no convívio com outras crianças e com adultos.

Para a criança surda o contato é feito por meio de sinais espontâneos e expressões faciais, cujo significado deve ser compreendido pelos pais e profes-

res, que precisam valorizar tais manifestações como uma forma de comunicação e mostrar compreensão. A criança não vai desenvolver a linguagem oral espontaneamente, sem estímulos.

Com o início da escolaridade em creches e instituições de educação infantil – comum, ou especial – a criança começa a partilhar com outras as brincadeiras, as conversas e a atenção do professor.

Para que possa expressar seus desejos e suas necessidades, utilizando gestos e/ou sons, a criança surda deve ser exposta a uma linguagem compreensível para ela, como contribuição a sua socialização.

Os pais e professores precisam colaborar para que a criança com deficiência auditiva se comunique com os colegas e com outros adultos. Para isso, é importante deixar claro quais são suas limitações e quais suas possibilidades.

O desafio do trabalho precoce com a criança surda está em criar situações de comunicação que favoreçam sua expressão e sua interação contínua com as pessoas, utilizando-se do olhar, dos gestos, dos sinais, da linguagem oral etc.

Toda criança adquire a linguagem naturalmente, por meio da interação; a fala é uma das manifestações da linguagem, tal como os sinais, os gestos e a escrita – são formas de estabelecer a comunicação e possibilitar a representação do pensamento.

O atendimento precoce à família e à criança permite diminuir as dificuldades dos pais em aceitar seu filho diferente, ajudando-os a ter uma visão mais realista e positiva das verdadeiras possibilidades de desenvolvimento de seu filho surdo.

A CRIANÇA SURDA: CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

[...] Agora que eu tenho 6 anos, sou o mais esperto dos espertos. Então, acho que vou continuar com 6 anos pra sempre. (A.A. Milne)

O objetivo central da educação infantil é favorecer o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social de todas as crianças – ouvintes ou surdas. As experiências e os conhecimentos são promovidos e ampliados, por meio de jogos e brincadeiras, bem como do convívio com outras crianças e outros adultos, fora do ambiente doméstico.

A socialização, que se inicia antes dos 3 anos, vai se consolidando entre os 4 e os 6 anos de idade. A criança escolhe com quem quer brincar e conversar, de quem quer ser amiga.

A educação da criança surda em fase de socialização precisa se adequar a suas características pessoais. A observação de suas respostas aos primeiros atendimentos escolares e clínicos (estimulação auditiva, socialização etc.), serve para indicar o caminho a seguir: optar pelo ensino especializado (escola e classe especial), ou pelo ensino comum.

Cada criança deve receber atendimento de acordo com sua realidade e suas condições, para vivenciar e explorar ao máximo suas potencialidades.

Algumas crianças surdas têm possibilidade de adquirir e desenvolver a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Outras, por características pes-

soais e também em decorrência do ambiente familiar em que cresceram, apresentam linguagem oral mínima, que deve ser complementada com outras formas de comunicação (escrita e por sinais).

A criança também pode desenvolver a leitura orofacial, isto é a leitura labial e a fisionômica, capacidade de ler os lábios e a expressão facial de quem fala. Mesmo quando usam um aparelho auditivo adequado, os deficientes auditivos em geral fazem também a leitura labial, para compreender melhor a fala do outro. A leitura labial é uma capacidade inata em todas as pessoas, mas apenas aquelas que têm perda auditiva desenvolvem tal habilidade.

Métodos de treinamento

Há vários métodos para o desenvolvimento da linguagem de deficientes auditivos empregados no Brasil:

Método oral unissensorial: usa apenas a pista auditiva. Por meio do aparelho auditivo, integra a audição à personalidade da criança com perda auditiva; não enfatiza a leitura labial, nem utiliza a língua de sinais. Exemplos: método Pollack e método Perdoncini.

Método oral multissensorial: usa todos os sentidos: audição com apoio de aparelhos auditivos, visão com apoio da leitura labial, tato etc.; também não utiliza a língua de sinais. Exemplos: método áudio + visual de linguagem.

Método de comunicação total: “É uma filosofia, não simplesmente um outro método, cuja premissa básica é utilizar tudo o que seja necessário para o indivíduo com deficiência auditiva como meio de comunicação: oralização, prótese auditiva, gestos naturais, linguagem de sinais, expressão facial, alfabeto digital, leitura labial,

leitura da escrita, enfim, tudo aquilo que sirva de meio para ajudar a desenvolver o vocabulário, linguagem e conceito de idéias entre o indivíduo surdo e o outro”. (Marta Ciccone, in Corrêa, p. 22)

Bilingüismo: essa abordagem pretende que ambas as línguas – os sinais (LSB, a Língua de Sinais Brasileira) e a oral (português) – sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira/prejudique a outra. Elas se destinariam a situações diferentes.

A comunicação com a criança surda

Muitas vezes os pais, professores e outros adultos tomam atitudes inadequadas em relação a crianças com perda auditiva, ignorando suas reais limitações. Por exemplo:

- Com freqüência tratam a pessoa com deficiência auditiva como se ela fosse incapaz de compreender. Falam de maneira pouco natural, apenas com gestos; se usam palavras, falam ‘como índio’, sem artigos ou frases completas, utilizando apenas palavras soltas, como se o outro fosse incapaz de entender as formulações completas.
- Não conseguem agir com naturalidade. Não informam, por exemplo, o que está acontecendo: a mãe sai sem dizer onde está indo, como se a criança não pudesse participar da vida em comum.
- Ao conversar, viram o rosto para outro interlocutor, de modo que a criança não perceba o que está sendo falado. Além de ser uma falta de respeito, diminui a auto-estima da criança.
- Alguns pais enfatizam a deficiência auditiva, esquecendo que a criança tem um potencial a desenvolver. Já outros cobram excessivamente dos filhos, achando que devem compensar a defi-

ciência com atitudes perfeccionistas. Ambos os extremos são prejudiciais.

O desenvolvimento da linguagem

A escola, comum ou especializada, deve preparar a criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições de aprender um código de comunicação que permita seu ingresso na realidade sociocultural, com efetiva participação na sociedade.

O trabalho de linguagem, tanto em língua portuguesa (oral) quanto na Língua de Sinais Brasileira (LSB), é desenvolvido de forma a dar à criança surda um instrumento lingüístico que a torne capaz de se comunicar.

Os principais recursos utilizados nesse trabalho são atividades de imitação, jogos, desenhos, dramatizações, brincadeiras de faz-de-conta, histórias infantis etc. Tais atividades possibilitam, ao mesmo tempo, a aquisição de linguagem e a aprendizagem de conceitos e regras de um código de comunicação, aspectos importantíssimos para o processo de integração escolar.

A criança surda adquire sua linguagem ao relacionar a experiência que está vivendo com a verbalização e/ou os sinais que ela observa em outra pessoa (colegas, pais, professores etc.), bem como ao relacionar o que está sendo falado pelo outro com suas próprias experiências e também ao comunicar seus pensamentos e experiências de forma oral, escrita ou com sinais.

Para Piaget, a linguagem é um sistema para representar a realidade. É ela que torna possível a comunicação entre os indivíduos, a transmissão de informações e a troca de experiências.

A situação comunicativa em um contexto espontâneo ajuda a criança a compreender melhor o con-

teúdo que queremos transmitir a ela. Toda situação é boa para falarmos de assuntos variados, de coisas que podem acontecer ou aconteceram.

Por exemplo: quando a criança come, se lava, se veste, ou passeia pela rua se oferecem ótimas ocasiões para falar com ela a respeito das coisas que está vendo, de como as pessoas estão agindo, das sensações dela e das nossas.

É indispensável interagir com a criança surda a cada momento, utilizando perguntas e respostas que vão se tornando conhecidas e que ela vai aprendendo.

A partir dessas situações espontâneas de relacionamento, o professor e os pais podem realizar atividades e brincadeiras que estimulem a interação com a criança, mantendo sua atenção e ajudando-a a se expressar a partir de gestos, sinais, atitudes corporais e linguagem oral.

Pela repetição das palavras e pela vivência no dia-a-dia, as crianças aprendem a compreender uma língua e a usá-la. Isso vale tanto para as crianças ouvintes quanto para aquelas com perda auditiva. No entanto, as que têm perda auditiva precisam de mais estímulos, de mais repetições e de mais vivências. A partir do momento em que a criança surda percebe que cada coisa ou pessoa tem um nome, seu progresso se torna mais rápido.

O jogo, o brincar de faz-de-conta e o relato de histórias infantis são experiências que permitem ampliar seu âmbito de informações e ajudá-la a buscar, a pedir, a fazer perguntas, enriquecendo cada vez mais sua comunicação.

Qualquer situação corriqueira, em particular quan-

do vinculada às idéias e aos interesses da criança surda, pode ser útil para estimular e desenvolver seu processo de comunicação. Por exemplo: se ela gosta de carros, de motos, ou de bonecas, seu brinquedo predileto pode servir de motivação para a aprendizagem. Ela irá se interessar por saber seus nomes, reproduzir o ruído que fazem, sentir as vibrações dos veículos que passam pela rua, observar as cores das diferentes motos, ou reproduzir com suas bonecas o cuidado materno, dando nome aos sentimentos – ‘eu gosto’, ‘eu choro’, ‘eu estou triste’, ‘eu estou alegre’ etc.

A compreensão e a realização de uma tarefa exigem da criança surda um grande esforço de atenção. Por isso, é compreensível que ela não goste de fazer exercícios de articulação durante muito tempo. O ideal é apresentar esses exercícios disfarçados, na forma de jogos e brincadeiras.

É conveniente aproveitar situações lúdicas para favorecer a aquisição lingüística. Mas não se pode esquecer que essa estimulação não tem por objetivo criar um ouvinte falante, suprimindo ou ignorando as características peculiares da criança surda.

Levar em conta as potencialidades e limitações da criança surda permite que ela manifeste sua espontaneidade e suas diferenças. Diferenças que não a tornam um ser inferior ou menos capaz, mas apenas diferente – como todo ser humano.

O papel do professor

O trabalho do professor deve estar marcado pelos objetivos que ele pretende alcançar na área da linguagem e por um programa concreto para cumprir essa

meta. É fundamental conversar com os pais a respeito desses objetivos e adequar o programa, de maneira a permitir que a família colabore, aproveitando os contextos naturais e cotidianos para estimular a linguagem do filho.

A intervenção do professor no campo da comunicação e da linguagem com a criança surda pequena não pode partir de programas rígidos quanto ao conteúdo – como por exemplo listas preestabelecidas de palavras. Sempre devemos ter presente o interesse de cada criança, ‘conversando’ com ela sobre o que vivenciou em casa, com os colegas ou com outros adultos.

Precisamos abordar o desenvolvimento da linguagem de uma criança surda em toda sua variedade e em todas suas possibilidades, dando um papel significativo às funções comunicativas que ela realiza com suas próprias expressões e ao vínculo comunicativo que ela estabelece com o outro (adulto ou criança).

Para a criança, não é importante apenas ‘falar algo’, mas ser capaz de utilizar a linguagem para transmitir diferentes intenções, como pedir, afirmar, perguntar etc.

Devemos ainda evitar transmitir apenas o nome dos objetos, procurando sempre mencionar outros aspectos importantes que suscitem a curiosidade da criança, levando-a a perguntar (por quê? para quê? o que é?) e a expressar seus sentimentos (eu quero, eu não quero, eu gosto). Isso permitirá estabelecer uma comunicação mais completa, natural e próxima à da criança ouvinte, sem se limitar à mera nomeação verbal de objetos.

É importante utilizar os mais variados recursos de comunicação: além da linguagem oral, recorrer sem restrições aos gestos, às expressões faciais e corporais e a um sistema estruturado de sinais.

ATENDIMENTO ESCOLAR: UM PROCESSO INTEGRADOR

Deixe uma criança comigo até os 7 anos, e então qualquer pessoa poderá cuidar dela. (Inácio de Loyola)

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, está assegurado na Constituição Brasileira.

Ações como a proposta no capítulo V – “A educação especial” – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), vêm demonstrando a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivando assegurar maiores possibilidades de integração do portador de deficiência à sociedade.

Nessa nova visão, a inclusão social passa a ser vista como um processo de adaptação da sociedade, que inclui as pessoas com necessidades especiais em todos os ambientes sociais. Isso torna possível que, ao mesmo tempo, essas pessoas se preparem para assumir seu lugar na sociedade, e para desempenhar os papéis adequados a cada situação (Ver Sassaki, 1997, p. 41).

A inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração.

Para pedagogos como Frazão de Sousa (1999, pp. 65-68), a inclusão no ambiente escolar consiste em:

- possibilitar à criança um desenvolvimento dentro de seus limites pessoais, e não de padrões impostos socialmente;
- acreditar que a criança portadora de necessidades especiais é capaz de uma aprendizagem rica e construtiva.

As crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, que outrora iam para escolas especializadas, têm atualmente direito de ser matriculadas em qualquer escola da rede regular. Essa mudança gerou um intercâmbio de experiências, de profissionais e de material, provocando a aproximação dos dois sistemas educacionais: o especial e o regular.

A integração, verbalizada como a melhor prática no processo de educação de crianças portadoras de necessidades especiais, implica reciprocidade. Mas o processo pedagógico baseado na integração deve ser gradual e dinâmico, adequado às necessidades de cada indivíduo.

Na verdade, a integração efetiva implica uma mudança total de atitude. Implica desmistificar a questão do convívio e da educação da criança portadora de necessidades especiais e, para isso, é da máxima importância o papel dos profissionais e especialistas.

Quando o professor recebe em sua classe (de ouvintes) um aluno surdo, é freqüente que sua primeira reação seja pensar: *Como vou falar com esse aluno? Não sou especialista! Como posso assisti-lo?*

Não se pode 'jogar' a criança surda em uma escola ou em uma classe comum, alegando a necessidade de 'inseri-la' na escola regular; isso corresponderia a ignorar sua necessidade de ter um atendimento cuidadoso, capaz de possibilitar o desenvolvimento de

todo seu potencial de comunicação.

Antigamente, a criança surda freqüentava a escola comum e se convertia em uma 'grande copiadora'; mas essa atitude não pode servir de exemplo para as novas vivências.

Integração à escola

Na proposta atual, mais inclusiva, a criança com surdez **participa** do sistema educacional, não está fora dele. É esperado que ela, bem como os professores e toda a escola, conte com dispositivos que auxiliem seu pleno desenvolvimento escolar, sem sacrifícios.

No entanto, a inclusão na escola comum deve constituir um processo gradativo, que respeite as diferentes necessidades e interesses de cada criança. Antes de tudo, é necessário verificar se ela está preparada para freqüentar uma classe comum, na qual as diferenças (principalmente as que se referem à linguagem) serão evidenciadas pela comparação com os colegas ouvintes.

A integração da criança com surdez em classe comum da escola regular terá mais chances de sucesso se for gradativa e resultar de um estudo de cada caso, individualmente.

A família precisa fornecer aos professores os dados necessários para que eles entendam melhor tudo que a falta de audição pode acarretar e possam prever o tipo de reação da criança no ambiente escolar. Esses dados incluem parecer médico, resultados das avaliações audiológicas periódicas, informações da fonoaudióloga etc.

Como condição para participar de uma classe co-

mun, o aluno surdo precisa ter adquirido um nível de linguagem (incluindo um bom vocabulário) suficiente para permitir um diálogo, mesmo que simples, com professores e colegas, além de certo domínio de leitura e escrita. Só assim ele poderá expressar seus pensamentos e sentimentos, e conseguir compreender e aplicar os conceitos utilizados nas diferentes disciplinas.

A escola comum, por sua vez, também precisa dispor de recursos que tornem viável o processo de inclusão, como por exemplo:

- assessoria em relação à língua de sinais, se a criança tiver linguagem oral restrita, e às estratégias adequadas para propiciar o diálogo, na linguagem oral e/ou escrita.
- material concreto e visual que sirva de apoio para garantir a assimilação de conceitos novos.
- contato com professores que tenham vivenciado situações semelhantes.
- orientação de professores de educação especial – itinerantes ou de salas de recursos. Podem ser feitas reuniões para trocar experiências, discutir diferentes enfoques do conteúdo e esclarecer dúvidas a respeito dos planos de atuação e de avaliação.

O processo de aprendizagem

Em todos os níveis escolares (infantil, fundamental, médio e superior), e principalmente quando o aluno apresenta perda auditiva severa ou profunda, é necessário levar em conta, tanto para o atendimento escolar comum quanto para o especializado, que existe um sujeito que precisa se desenvolver, aprender o conteúdo

programático escolar e adquirir conhecimento do mundo e de si mesmo (social/escolar/psíquico).

O que caracteriza o aluno (surdo ou não) é sua capacidade de aprendizagem, e não a deficiência que apresenta. Existe um sujeito com potencial, no qual se deve investir.

Conforme expõe Marques (1999, p. 38), o obstáculo sensorial cria situações comunicativas específicas para o surdo, sem impedi-lo de adquirir uma linguagem e desenvolver sua capacidade de representação. Os mecanismos mentais envolvidos nesse processo também não são os mesmos da pessoa ouvinte; por isso, tornam-se responsáveis pela construção de esquemas de pensamento e de estratégias intelectuais que dependem da natureza do desenvolvimento linguístico-cognitivo de cada um.

Tanto no ensino comum quanto no especializado o aluno precisa se sentir envolvido no processo de aprendizagem, participar de fato e ser capaz de fazer escolhas com responsabilidade, programando-se para o futuro.

O conteúdo curricular a ser desenvolvido pelo professor de escola comum é exatamente o mesmo trabalhado com os alunos ouvintes, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). E o mesmo ocorre com a metodologia de ensino.

O uso de materiais variados (jornais, revistas, propagandas, noticiários de TV, computadores etc.) contribui para motivar os alunos, mantê-los atualizados em relação aos acontecimentos do mundo e dar-lhes uma visão ampla dos conhecimentos.

Todos os alunos serão beneficiados se o profes-

sor proporcionar atividades a partir de **centros de interesse**, integrando diferentes disciplinas.

Uma sugestão interessante de um trabalho desse tipo consiste em planejar um estudo do bairro. Os professores de Matemática e de Estudos sociais podem discutir e trabalhar juntos, organizando várias atividades relacionadas com o assunto, como: localizar bairros diferentes (em relação à escola ou à residência), calcular distâncias, enumerar locais comerciais, hospitais, fábricas etc. Trata-se de uma atividade que pode ser desenvolvida satisfatoriamente tanto pelos alunos surdos quanto pelos ouvintes.

O principal papel do professor consiste em promover a compreensão das informações para todos os alunos. As propostas dos Parâmetros curriculares nacionais e o próprio conteúdo curricular favorecem a integração, pois se baseiam na interação dos alunos entre si ao longo das atividades – no grupo, na classe, na escola e na comunidade.

Faz parte do processo educacional aprender a respeitar as diferenças e a exercer atividades solidárias.

O processo de integração

Integrar pressupõe o encontro de diversidades, quer sejam pessoas, idéias, ou culturas. Ora, para que o diferente seja identificado como tal, é preciso que haja um padrão considerado 'normal'. Que padrão é esse?

Para a pedagoga Frazão de Sousa (1999, p. 69), considera-se como normalidade a capacidade de cada um, dentro de suas possibilidades, ser produtivo para a sociedade em que vive, demonstrando talento, aptidão, e inteligência em relação a determinados aspec-

tos humanos e sociais. A construção da subjetividade ocorre no contato com uma pluralidade de existências. Portanto, a proposta de integração não permite apenas o acesso democrático; a 'troca' de experiências promove desafios que interferem tanto no comportamento acadêmico quanto no social.

O envolvimento da família é fundamental para a integração do aluno surdo na escola ou na classe comum. Participando do processo escolar, os pais acompanham o desenvolvimento de seu filho e colaboram para que ele se entrose e se sinta valorizado pessoalmente.

À medida que se integra, a criança se torna mais participativa e consegue cursar o ensino fundamental sem que ocorra muita defasagem em relação aos alunos ouvintes.

Ao primeiro indício de descompasso da criança surda em relação à média da classe, o professor deve buscar formas de atenuar as dificuldades (indicar a procura de reforço escolar, orientação da psicóloga ou da coordenação).

A avaliação contínua permite ponderar se é o caso de manter a criança na escola comum, ou se seria melhor que ela freqüentasse um ensino especializado.

Se não existir entrosamento da família e da criança surda com a escola e com o professor do ensino regular, o risco de fracasso é grande, principalmente para o surdo. As conquistas serão lentas e os resultados exigirão muito sacrifício (para ambos os lados). No final, podem ser levantadas questões do tipo: *Valer a pena? Será que este aluno está aprendendo? O 'falar bem' significa uma aprendizagem efetiva?*

Na visão inclusiva, que depende do compromisso de todos, a criança com perda auditiva deve ser

acolhida dentro de uma proposta globalizadora, que valorize a escolaridade, os hábitos e as atitudes preparatórios para a vida adulta e que possibilite ao aluno se tornar responsável pelo próprio processo escolar e consciente de seus direitos (que são os mesmos dos ouvintes). Também os aspectos cognitivos, emocionais e afetivos devem ser considerados.

As escolas vêm buscando adotar métodos e técnicas que propiciem ao aluno com surdez a aquisição necessária de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de valores que o identifiquem como pessoa única e como parte integrante da sociedade.

Não existe uma metodologia única, específica para a educação de surdos, mas são necessárias adaptações curriculares para atender às especificidades da clientela, seja na escola especial ou na regular. Os educadores devem considerar, além da metodologia, as necessidades específicas dos alunos, com o objetivo de favorecer sua adaptação e sua integração.

A educação especial

Ao longo do tempo, a educação especial tem adotado diferentes abordagens para atender às necessidades das pessoas com surdez e instrumentalizá-las para atuar socialmente.

No entanto, apesar da posição individual dos profissionais, os pais das crianças surdas devem ser informados e orientados em relação às vantagens e limitações de cada uma das diferentes abordagens, para que eles possam participar da decisão.

Até recentemente, acreditava-se que o surdo devia fazer uso exclusivo da fala para transmitir suas

idéias, seus pensamentos e sentimentos. Em termos educacionais, o profissional deveria enfatizar apenas a pista auditiva (abordagem unissensorial), ou recorrer à leitura oro-facial, a gestos, à pista auditiva e à escrita, tendo sempre como apoio a fala (abordagem multissensorial).

Na verdade, poucos conseguiam bom desempenho na linguagem oral – em geral, isso era possível apenas para aqueles que podiam contar com atendimento especializado de outros profissionais, o que não faz parte da realidade da maioria da população brasileira.

Em função dos resultados obtidos no oralismo e das pesquisas que reconhecem a língua de sinais como língua, os sinais começaram a ser adotados na educação dos surdos na forma sintática da língua portuguesa, no método denominado **Comunicação Total**.

A Comunicação Total é uma filosofia segundo a qual os surdos devem ter acesso a todas as modalidades de comunicação disponíveis, escolhendo aquela, ou aquelas, que atende melhor a suas necessidades:

- fala;
- escrita;
- pista auditiva: aproveitamento dos resíduos de audição, por meio de aparelhos de amplificação sonora;
- leitura oro-facial: leitura dos movimentos dos lábios e dos músculos do rosto;
- expressão corporal;
- sinais: movimentos com as mãos representando idéias, usados por comunidades de surdos;
- alfabeto digital: movimentos com as mãos que representam as letras de nosso alfabeto.

ADOLESCÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL

— *Eu quero ser EU.*

— *A vida é minha.*

— *Quero ter vida própria.*

— *Confie em mim.*

(Falas de um adolescente)

O desenvolvimento do 'eu' e da identidade pessoal é o tema mais importante na adolescência, pois se refere tanto ao mundo interno da pessoa quanto a seu comportamento (no mundo externo). Esse processo se vincula estreitamente à história pessoal de cada adolescente.

Nos primeiros anos de vida, até o momento da entrada na escola, a família constitui para a criança o grupo mais importante e quase único de referência. Na adolescência, as interações sociais se expandem de maneira extraordinária, para além da referência familiar, nos diferentes grupos aos quais o adolescente pertence – dança, teatro, escola, igreja ou esportes.

Muitas vezes, o adolescente surdo vive sob os cuidados de pais superprotetores, que não acreditam nas potencialidades do filho e vêem a surdez como uma doença, imaginando que o surdo é incapaz de se cuidar e de pensar. Nesses casos, a liberdade e a autonomia do adolescente são seriamente prejudicadas e ele sente insegurança para se comunicar e conviver com pessoas ouvintes.

A precariedade das referências familiares diminui a capacidade de iniciativa do jovem para buscar novas referências fora de casa, podendo gerar uma imaturidade emocional, associada a um enrijecimento

geral da personalidade – que se traduz em padrões infantis, carentes da elaboração correspondente a sua idade cronológica e física.

Muitos adolescentes com surdez – tal como muitas pessoas, ouvintes ou não – fazem uma associação errônea entre inteligência e boa comunicação oral, ou seja, à capacidade de falar bem.

Tal atitude equivocada é prejudicial para o jovem que, diante de sua dificuldade de comunicação oral, começa a se sentir menos competente.

A baixa estima pode levar à acomodação, ao desânimo e ao conformismo, induzido pelo medo de enfrentar situações novas e conflitos.

O próprio surdo com comunicação restrita tende às vezes a delegar mais status ao colega que ‘fala bem’ (produz fala mais compreensível) e a elegê-lo como representante e porta-voz de seus interesses.

A orientação sexual

Tema sempre presente na adolescência, a orientação sexual busca hoje tratar o assunto de um ponto de vista cultural, com base na aceitação de diferentes valores, e não mais como um modelo padronizado de comportamento. Apesar de ser abordado com maior liberdade, o assunto ainda provoca conflitos entre as gerações.

Algumas escolas, com o apoio dos familiares, costumam convidar médicos e especialistas para oferecer palestras aos alunos adolescentes, buscando ampliar o nível de informações disponíveis e sanar muitas dúvidas.

Tratando o assunto com naturalidade, a orienta-

ção sexual enfoca diferentes temas: direito à sexualidade, iniciação, responsabilidade, necessidade de proteção (em relação a doenças e gravidez), casamento etc. A abordagem dos temas tanto é feita de forma específica quanto associada a determinadas disciplinas, como as referências biológicas ao conhecimento do próprio corpo dadas em Ciências.

Hoje, a educação sexual é vista com maior naturalidade, pois o interesse infantil pelo assunto é reconhecido como um aspecto positivo do desenvolvimento sadio, tanto quanto as dúvidas e questões vividas pelos adolescentes.

A preparação para o trabalho

É comum os adultos se queixarem de que o adolescente se sente perdido, sem interesses em relação a seu futuro profissional; que sua auto-imagem é deformada e confusa; que ele apela para soluções pouco refletidas, ou influenciadas por amigos e familiares; que dá prioridade ao retorno financeiro e deixa de lado valores como ‘gostar’ e ‘poder’.

Para contornar essas dificuldades se torna necessário, ao longo do ensino fundamental e médio, um processo de orientação educacional que coloque à disposição do adolescente, surdo ou não, recursos para combater o desconhecimento de si próprio, a incapacidade para identificar o que ele prefere e o que são escolhas dos outros. O adolescente precisa aprender a compatibilizar suas aspirações pessoais com as oportunidades sociais e as condições familiares.

O adolescente portador de surdez sofre também as consequências de outras circunstâncias: poucas oportunidades de cursos profissionalizantes, desin-

formação generalizada sobre as exigências e as opções do mercado de trabalho, pouca visualização das possibilidades profissionais em campos de trabalho não muito conhecidos e ainda restritos.

O ideal é que o jovem possa ser ativo em suas escolhas, baseando-se na auto-análise, na compreensão pessoal, no reconhecimento das vantagens e das exigências de cada ocupação e de seu interesse por ela. É preciso, ainda, que identifique os requisitos profissionais e analise as próprias características pessoais, para que possa escolher o que fará e venha a ser feliz com sua decisão.

Para que o surdo possa ampliar seu conhecimento sobre o mundo do trabalho, que a cada dia se torna mais competitivo, é imprescindível que ele, como qualquer outro adolescente, vivencie diferentes realidades do universo ocupacional, por meio de visitas a empresas, observação e entrevista com profissionais no próprio ambiente de trabalho e estágios visando a sondagem de habilidades e interesses profissionais.

O processo escolar deve propiciar ao adolescente, surdo ou não, oportunidades de discutir as diferentes situações conflitantes, procurando amadurecê-lo para superá-las ou, pelo menos, atenuá-las.

É fundamental que a escola crie condições para ampliar as possibilidades dos jovens para que eles planejem sua carreira profissional durante o processo de ensino fundamental e médio.

O plano de vida de cada aluno se enriquecerá ao ser compartilhado com seus colegas de classe, ajudando a conduzi-lo à identificação de suas aspirações, li-

mitações e potencialidades e ao reconhecimento das condições reais do mercado de trabalho.

Um processo de orientação profissional efetivo permitirá que o adolescente surdo encontre elementos para vir a competir profissionalmente com trabalhadores ouvintes, em condições semelhantes.

A questão da capacitação profissional é outro aspecto importante a ser analisado na educação do adolescente com surdez. Embora muitos tenham acesso a cursos profissionalizantes, com frequência tendem a se concentrar na área de informática. É compreensível, já que, cada vez mais, as tarefas do dia-a-dia dependem da informatização.

No entanto, o mercado de trabalho está em constante transformação e é preciso tomar consciência dessas mudanças, antes de qualquer decisão. Por exemplo: nos anos 70, o surdo foi apontado como um ótimo profissional para operar máquinas de perfurar, dado o intenso ruído advindo dessa operação, prejudicial para as pessoas ouvintes.

Mais recentemente, ele foi considerado um digitador muito produtivo, por sua maior capacidade de concentração. Mas, qual será seu futuro se essas funções desaparecerem, tal como já vem acontecendo?

Será que o surdo poderá competir no mercado de trabalho de igual para igual, uma vez que suas oportunidades dependem da lacuna deixada pelos trabalhadores ouvintes?

A opção escolar

Cursar uma escola especializada, ou encaminhar-se para uma de ensino regular? Esta é uma das escolhas

que o adolescente surdo precisa fazer.

As escolas de educação básica de nível médio especializadas no atendimento ao surdo são exceções regionais (existem, por exemplo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo), constituindo experiências isoladas.

Ainda está cristalizada a crença de que o surdo necessita de uma sólida base escolar e comunicativa na educação fundamental, para poder se integrar na escola comum de ensino médio. Porém, do ponto de vista da individualidade, essa não é a única possibilidade para todos. Acreditamos que cada sujeito se desenvolve a partir de seus recursos pessoais e das oportunidades que o ambiente lhe oferece.

Tal como a maioria da população brasileira, uma parcela significativa de surdos não consegue concluir o ensino fundamental e médio. Outros iniciam o ensino médio e logo desistem, alegando dificuldades em manter um curso pago, dificuldade em dominar algumas matérias, preferência por trabalhar, ou necessidade de fazê-lo, e incompatibilidade do horário escolar com o trabalho.

Todos esses obstáculos são também enfrentados pelos ouvintes. O jovem surdo precisa combater o desânimo que se manifesta diante das primeiras dificuldades. Por meio de esforço e motivação pessoal, ele pode atingir maiores níveis escolares (médio e superior), um fator decisivo para seu futuro, uma vez que a escolaridade é cada vez mais uma exigência importante do mercado de trabalho.

As vivências de inclusão, com o aluno surdo frequentando classes que contam com a orientação de profissionais especializados, mostram avanços nos estudos do ensino médio e do superior. Espera-se com isso que

o jovem possa obter maiores chances de qualificação profissional e, conseqüentemente, consiga desempenhar uma ocupação mais eficiente e produtiva.

Vida pessoal

Mesmo com diferentes níveis escolares e profissionais, a pessoa com surdez precisa ter uma leitura de vida que lhe permita acompanhar as mudanças rápidas no mercado de trabalho e no mundo a sua volta.

Reconhecer as possibilidades pessoais e acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas envolve o conhecimento das coordenadas que afetam a vida de cada um no lazer, na escolaridade, no trabalho, nas relações sociais e na vida em sociedade em geral.

Os tabus, valores morais e 'leis' do meio social e cultural em que o adolescente – surdo ou não – vive definem suas atitudes, seus comportamentos e suas curiosidades em relação a seu amadurecimento e à vida adulta. As questões mais sérias dizem respeito, particularmente, à sexualidade (mudanças físicas e emocionais, vida sexual, escolha do parceiro etc.).

A capacidade de comunicação (oral ou por sinais) do adolescente surdo é a condição fundamental para que ele se desenvolva de maneira mais segura, de acordo com os demais jovens de seu grupo, ouvintes ou não.

Com relação à vida afetiva, é freqüente que os jovens portadores de surdez estabeleçam laços amorosos dentro da própria comunidade em que vivem, ou seja, é grande a quantidade de surdos que namora entre si. No entanto, a proporção dos namoros en-

tre surdos e ouvintes vem aumentando. Será reflexo de uma integração maior na sociedade?

É possível, mas é provável que isso se deva também à ampliação da informação a respeito das pessoas com surdez, graças aos esforços empreendidos no sentido de integrar os surdos e desenvolver sua socialização com as pessoas ouvintes. Em consequência, tem sido maior a abertura para sua participação, nos diferentes segmentos sociais, em atividades religiosas, esportivas, recreativas, escolares e profissionais.

O surdo não pode ficar esperando uma atitude paternalista e assistencialista para enfrentar as barreiras que surgem pela vida. É preciso encontrar recursos internos, educacionais e sociais que possibilitem uma atuação próxima à do ouvinte, mantendo o respeito a suas limitações auditivas.

As atitudes mais firmes que o surdo assume hoje, reivindicando seu espaço na sociedade, já começam a mostrar seus efeitos, como a criação de serviços de intérprete, os programas legendados, a maior oferta escolar, o aumento do emprego e, enfim, sua maior valorização como pessoa.

Conforme a colocação de Antonio de Campos Abreu, presidente da Federação Nacional de Surdos (Feneis), é importante que o surdo represente 'sua própria comunidade', em primeiro lugar, como agente e sujeito de transformação e de luta" (*Revista da Feneis*, ano I, n.º 4, outubro/dezembro de 1999, p. 5).

O SURDO ADULTO: O PASSADO E O FUTURO

Atualmente, devem ser rejeitadas as visões paternalistas e assistencialistas, bem como as limitadoras, que vêm com restrições a competição do portador de deficiência no mercado de trabalho. Hoje em dia, esses profissionais ocupam cada vez mais seus espaços sociais em situação equivalente à dos demais cidadãos.

Essa nova realidade depende de um compromisso social, que precisa ser assumido não só pelo portador de deficiência, mas também por sua família e sua comunidade, pelas entidades educacionais, pelas empresas públicas e privadas e pela sociedade civil como um todo.

É preciso olhar para o surdo como uma pessoa capaz, repleta de possibilidades (e não apenas para sua surdez) e concebê-lo como um cidadão que pode produzir e deve ser aceito em todos os meios sociais: empresa, escola, cinema, clube etc.

As reivindicações atuais das pessoas portadoras de deficiência auditiva têm caráter de urgência, voltando-se para a valorização de suas potencialidades e para a garantia de seus direitos de cidadão, considerando que, por lei, todos os cidadãos são iguais entre si. Nesse movimento, estão obtendo um progressivo

acesso a concursos públicos (Lei 8.112/90) e a empresas privadas de médio e grande porte (Lei 8.213/91).

Não há dúvida de que a comunicação é um aspecto essencial em todas as relações humanas. E a verdade é que raramente os surdos com perdas severas e profundas apresentam uma habilidade de comunicação – pela fala ou por escrito – semelhante à dos ouvintes. Mas o surdo pode utilizar outros recursos para estabelecer uma comunicação efetiva, além da linguagem verbal, como a leitura oro-facial e o uso de sinais (ou gestos).

O mercado de trabalho

O desconhecimento das possibilidades profissionais das pessoas que portam alguma deficiência tem dificultado seu acesso ao mercado de trabalho. Por isso, é importante divulgar, junto aos diferentes segmentos sociais, dados atualizados e confiáveis a respeito da experiência profissional de portadores de deficiência auditiva que participam do mercado de trabalho.

Estudos recentes, como o de Ribas (1966), junto a empresários paulistanos, revelam a avaliação positiva dos profissionais portadores de deficiência. Eles dispensam tratamento especial, têm bom desempenho e realizam trabalho de qualidade, além de serem assíduos e demonstrarem estabilidade emocional.

A ampla divulgação dessas informações pode influir no aprimoramento dos processos educacionais e no desenvolvimento de novas propostas de reabilitação. Trata-se de uma ótima maneira de reduzir atos preconceituosos e discriminatórios por parte da população em geral.

Mesmo as empresas que se abrem à contratação do trabalhador com surdez questionam suas potencialidades, dando excessivo valor às dificuldades de comunicação (pela fala ou por gestos), sem levar tanto em conta a valorização de suas capacidades.

A exagerada preocupação com as restrições de comunicação dos surdos tem feito com que, com frequência, esse trabalhador deixe de ser aproveitado, apesar de sua evidente qualificação. É importante esclarecer que, embora muitos surdos apresentem linguagem oral pouco inteligível, essa fala diferente tende a ser compreendida com maior facilidade no convívio diário, diminuindo aos poucos o impacto decorrente dessa diferença.

Uma das restrições efetivas para o trabalho de pessoas portadoras de surdez pode ser o ruído excessivo no ambiente. Na verdade, esse ruído pode causar a perda dos resíduos auditivos, que são muito úteis para alguns portadores de surdez, bem como ocasionar dor. Evidentemente, tais fatores dificultam a adaptação ao trabalho.

Além do ambiente ruidoso, há outras ocupações contra-indicadas: as que exigem elaboração ou execução de textos com domínio extenso da língua portuguesa e as que dependem da audição para operar máquinas, ou para identificar ruídos que tragam risco de vida, como o de empilhadeiras.

Não se pode dizer que o trabalhador surdo tenha um maior potencial, ou seja mais produtivo que os ouvintes em determinadas funções. Mas ele tampouco pode ser considerado menos capaz.

Cada indivíduo precisa ser visto como realmente é, como uma força de trabalho com potencial produ-

tivo a ser desenvolvido. Na análise da adaptação e do desempenho do trabalhador se deve observar sua possibilidade de demonstrar seus interesses e habilidades e, principalmente, seu ajustamento à função que está exercendo, seja surdo ou não.

De modo geral, as pessoas portadoras de surdez têm procurado se preparar melhor para atender às exigências do mercado de trabalho, no que se refere à escolaridade, avançando em seus estudos e se empenhando em concluir cursos do ensino médio e do superior.

A procura de cursos ligados a Processamento de Dados é acentuada, pois muitos surdos costumam encontrar trabalho nessa área: digitação, operação de computador, serviços auxiliares de administração e contabilidade.

Entre os que já ocupam essas funções, muitos buscam ascender profissionalmente cursando faculdades que oferecem habilitações em Tecnologia de Processamento de Dados e Análise de Sistemas.

Mas o estudante com surdez enfrenta várias barreiras para ingressar no ensino superior. Além das que são comuns a todos os jovens que fazem vestibular, existem aquelas que são impostas ao surdo ao longo de seu percurso educacional, influenciando o desenvolvimento de sua fala e de sua escrita.

Ações como as propostas pelo MEC (Aviso Circular 277/96) vêm buscando maior igualdade de oportunidades para eles no ensino superior, com o uso de intérpretes de sinais e maior flexibilidade na avaliação das redações dos estudantes com surdez.

São raros os universitários surdos formados em engenharia, biblioteconomia ou química. Os que cursaram a faculdade de pedagogia esperaram por longo tempo uma oportunidade – e apenas recentemente conseguiram se colocar, em escolas especializadas.

Essa conquista resulta da valorização do surdo como profissional e do fato de as escolas especializadas estarem adotando a língua de sinais nas abordagens educacionais, abrindo o campo do ensino de crianças surdas.

As inúmeras barreiras impostas pela sociedade desestimulam a participação do surdo no mercado de trabalho. Sabendo das dificuldades de competir em igualdade de condições, ele se sente discriminado, diferente e diminuído diante do ouvinte, desacreditando de seu futuro profissional.

É importante que fique claro para a sociedade e, particularmente para as empresas: será que as restrições impostas ao candidato surdo se devem ao fato de ele não atender ao perfil exigido pelo cargo, ou elas resultam apenas do desconhecimento das reais limitações criadas pela surdez?

Mesmo o surdo que já venceu o obstáculo do acesso à vaga e da manutenção do emprego não vê grandes chances de ascensão profissional. Isso acontece porque, em geral, as empresas não sabem que podem contar com a assessoria de entidades especializadas, ou de intérpretes da língua de sinais, para facilitar a participação do surdo em cursos de treinamento, atualização e reciclagem profissional, dentro da própria empresa.

Muitos dos profissionais surdos apontam o trabalho como fonte de realização, satisfeitos por terem tido uma chance de mostrar sua capacidade de trabalho, por terem muitos amigos na empresa e gostarem do ambiente de convívio. Assim, eles podem se sentir realizados profissionalmente, demonstrando que alguns trabalhos independem da comunicação oral.

Para muitos outros predomina o descontentamento trazido pelos baixos salários, pela realização de tarefas incompatíveis com seus interesses, pela sensação de poder produzir melhor em outras ocupações e também pelas dificuldades de ascensão profissional.

A interação social oferecida ao portador de surdez no ambiente de trabalho propicia a ampliação de seu núcleo de relações, graças ao convívio com colegas ouvintes, bem como com seus familiares e amigos. A participação em atividades esportivas e de lazer dentro da empresa é outro fator que fortalece a integração.

O resultado da inclusão da pessoa com surdez em comunidades variadas se reflete nos casamentos com colegas de trabalho ou da escola. Outro exemplo dessa aproximação é a ocorrência de casamentos entre professores e portadores de surdez.

Integração crescente

Embora os casamentos entre surdos e ouvintes venha aumentando significativamente, em comparação com as gerações anteriores, ainda é comum encontrarmos surdos que namoram e se casam entre si.

O resultado disso é a alta proporção de pais surdos com filhos ouvintes, situações nas quais os filhos desempenham um papel fundamental. Desde pequenas, tais crianças se tornam intérpretes naturais de seus pais, convivendo naturalmente com ambas as línguas: a língua portuguesa e a língua de sinais.

É de grande valia seu papel na participação dos pais na sociedade; desde cedo, essas crianças se tornam mensageiras de recados e informantes para seus pais surdos, mantendo-os informados a respeito dos fatos importantes e dos acontecimentos do dia-a-dia.

Os aparelhos eletrônicos como o fax, ou o TTD

(telefone com teclado numérico e alfabético, no qual as mensagens são digitadas, permitindo o diálogo entre as pessoas que o possuem) contribuem muito para facilitar as conversas a distância entre surdos, ou mesmo entre surdos e ouvintes. Mas a colaboração dos filhos cujos pais são surdos continua a ser básica para a diminuição de barreiras na comunicação.

A cada dia, as pessoas portadoras de surdez se mostram mais ativas, participando das mais diversas atividades: muitas freqüentam clubes, principalmente os esportivos, ou são membros atuantes de associações de surdos e de grupos religiosos. Tal como os outros jovens, os surdos também gostam de passear com amigos ou familiares, viajar, ir a cinemas e a festas.

O fato de não ficarem confinados em atividades segregadas, restringindo-se à família ou apenas a grupos de surdos (escolas e clubes) revela seu grande interesse em alcançar um melhor entrosamento social.

O desenvolvimento das atividades escolares e, principalmente, a participação no mercado de trabalho, fazem do próprio surdo o grande divulgador das possibilidades do cidadão portador de surdez nas mais diversas e qualificadas ocupações.

Sua eficiência e sua satisfação contribuem para diminuir os preconceitos e a discriminação, estimulando a maior absorção de mão-de-obra e ampliando o quadro que os representa no mercado de trabalho.

O Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA, Jordelina Montalvão. "A família numa visão da metodologia áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva", *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, Ines, dezembro de 1999, pp. 13-25.
- EDLER CARVALHO, Rosita. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- FRAZÃO DE SOUSA, Luciane Porto. "Integração em educação especial: questão de concepção ou de instituição", *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, Ines, dezembro de 1999.
- GODINHO, Eloysa. *Surdez e significado social*. São Paulo, Cortez, 1982.
- MARCHESI, Álvaro et al. *Desenvolvimento psicológico e educação*, vol. 1. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- MARTINEZ, M.A. "Função auditiva e paralisia cerebral", in S. Limongi, *Paralisia cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição: pontos de vista e abrangência*. Carapicuíba (SP), Pró-Fono, 2000.
- MARQUES, Carla Verônica Machado. "Visualidade e surdez: a revelação do pensamento plástico", *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, Ines, dezembro de 1999.
- NUNEZ, Blanca. "Algunas particularidades de la familia del niño surdo". *Revista Fonoaudiologia*. 25, 3: 165-171, 1980.
- OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos* (Dicionário de gestos organizado para expressão do pensamen-

to). Aparecida (SP), Santuário, 1990.

Orientações para a Família e para a Escola, Comunicar.
Livro 1. Belo Horizonte, Clínica Escola Fono, s.d.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. *O deficiente auditivo e o mercado de trabalho*. Tese de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

———. “Características do trabalhador portador de deficiência auditiva e as exigências do mercado de trabalho: potencialidades e limitações”. *Revista Integração*, ano 5, nº 13. Brasília, MEC, 1994.

RIBAS, João Batista Cintra. “A pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho em São Paulo”. *Anais do Primeiro Seminário Nacional*, 17 a 20 de novembro de 1997. São Paulo, Promove, 1992.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

WALLIN, Lars. “O efeito da língua de sinais na sociedade”, *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, Ines, ano II, nº 3, agosto a dezembro de 1992.

WINNICOTT, D. W. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. Capítulos 19 e 27.

Todas as referências acima mencionadas podem ser encontradas na Derdic (Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação – PUC/SP), em São Paulo, que possui uma biblioteca técnica especializada em Comunicação humana e seus distúrbios.

Tel.: (0XX11) 549-9488 / 549-9113

E-mail: bsderdic@pucsp.br

Publicações especializadas

Revista Distúrbios da Comunicação

São Paulo, Faculdade de Fonoaudiologia PUC/SP.
Informações e assinaturas:
(0XX11) 3670-8168, ou (0XX11) 3670-8170.

Revista Espaço

Ines (Instituto Nacional de Educação da Surdez)
Rua das Laranjeiras 232, 3ª andar
Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22240-001
Tel./fax: (0XX21) 285-7284 / 285-7393 / 285-5107
E-mail: ddhct1@ines.org.br

Revista Integração

Distribuição gratuita.
MEC – Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – sala 600
Brasília/DF – CEP: 70047-901
Tel.: (0XX61) 410-9115 / 410-9116
Fax: (0XX61) 321-9398
E-mail: seesp@seesp.med.gov.br

Internet

www.feneis.com.br
www.entreamigos.com.br (Rede de Informações sobre Deficiência)
www.mj.gov.br/webcorde.htm
www.mec.gov.br
www.saci.org.br